



Governo Regional dos Açores

PLANIFICAÇÃO ANUAL  
DISCIPLINA DE DIREITO  
12º ANO  
ANO LECTIVO 2023/2024



EBS das Velas

PRIMEIRO SEMESTRE

Conteúdos Programáticos	Objectivos de Aprendizagem	Estratégias / Actividades	Avaliação	Gestão
<p><b>Apresentação do programa</b></p> <p><b>I – O Homem a sociedade e o Direito</b></p> <p>1.A natureza social do Homem</p> <p>2. A necessidade da existência do Direito</p> <p>3. As diversas ordens sociais normativas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Compreender a natureza social do Homem</li> <li>* Distinguir ordem social de ordem natural</li> <li>* Reconhecer a necessidade de existência do Direito</li> <li>* Conhecer as diversas ordens sociais normativas</li> <li>* Compreender as relações que se podem estabelecer entre as diversas ordens sociais normativas</li> <li>* Compreender as características das regras jurídicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Diálogo orientado professor/ aluno, aluno/aluno</li> <li>* Apresentação de exemplos para distinguir fenómenos sociais de naturais</li> <li>* Leitura e comentário de textos</li> <li>* Análise de situações da vida social que evidenciam que não é possível conviver sem a existência de regras jurídicas</li> <li>* Exemplificar através de casos concretos da vida social as relações que se podem estabelecer entre as diversas ordens normativas</li> </ul>	<p>Testes de avaliação</p> <p>Fichas formativas</p> <p>Questões de aula</p> <p>Trabalhos individuais ou de grupo</p> <p>Debates</p> <p>Apresentações orais</p>	<p>1 Bloco de 90 m</p> <p>8 Blocos de 90 min.</p>

<p><b>4. O Direito como produto cultural.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Compreender o Direito como produto cultural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Análise de artigos do Código Civil, adequados para compreender as características das regras jurídicas, por exemplo art.º 438º, 484º e 1323º.</li> </ul>		
<p><b>5. O Direito e a evolução social</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Distinguir o Direito objectivo do Direito subjectivo</li> <li>* Reconhecer a justiça e a segurança como valores fundamentais do Direito</li> <li>* Compreender a relevância da equidade na ordem jurídica portuguesa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Recolha/Tratamento de informação diversa sobre o aparecimento dos novos ramos do Direito</li> </ul>		
<p><b>6. Noção de personalidade jurídica</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Relacionar Direito com evolução social</li> <li>* Compreender que a pessoa é o fundamento e o fim da ordem jurídica</li> <li>* Distinguir personalidade jurídica de capacidade jurídica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Apresentação pelo(s)aluno(s) à turma dos trabalhos realizados</li> </ul>		
<p><b>7. Direito Constitucional</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Compreender a importância dos direitos de personalidade</li> <li>* Conhecer alguns direitos civis e políticos</li> <li>* Conhecer alguns direitos económicos e sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Diálogo professor/aluno, aluno / aluno</li> </ul>		
<p><b>8. Os direitos fundamentais dos cidadãos – direitos, liberdades e garantias</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Compreender a importância dos direitos fundamentais dos cidadãos – direitos, liberdades e garantias</li> <li>* Distinguir Direitos Humanos de direitos fundamentais</li> <li>* Conhecer as diferentes gerações dos Direitos do Homem</li> <li>* Conhecer a problemática da pena de morte</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Leitura e análise nomeadamente dos artºs 66º,67º 68º,70º,157º,158º,e 160º do Código Civil e artº 12 da C.R.P.</li> <li>* Análise da estrutura da C.R.P.</li> </ul>		
<p><b>9. A problemática dos Direitos Humanos</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Explicar a relevância que a Constituição da Republica confere aos Direitos do Homem</li> <li>* Analisar os mecanismos de defesa dos Direitos Humanos no mundo actual</li> <li>* Compreender a problemática dos direitos Humanos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Leitura e comentário de textos</li> </ul>		

<p><b>II – O Direito e a organização da sociedade</b></p> <p><b>1. Direito público e Direito privado</b></p> <p><b>2. Noção e elementos do Estado</b></p> <p><b>3. Poderes e funções do Estado</b></p> <p><b>4. Órgãos de soberania</b></p> <p><b>5. Do Estado de direito ao Estado social de direito</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Distinguir Direito público de Direito privado</li>   <li>* Compreender a noção de Estado e respectivos elementos; comunidade, território, poder político</li> <li>* Identificar situações onde se verifica a inexistência de um ou mais desses elementos</li> <li>* Distinguir poder político de soberania</li>   <li>* Caracterizar e distinguir as diferentes funções do Estado: política, legislativa, administrativa e judicial</li> <li>* Articular as funções com os órgãos do Estado</li>   <li>* Compreender a importância dos órgãos de soberania em Portugal</li> <li>* Identificar os diversos órgãos de soberania e respectiva composição e funções</li> <li>* Articular o funcionamento dos diversos órgãos de soberania</li>   <li>* Analisar a evolução histórica, social e jurídica do Estado de direito</li> <li>* Identificar as características essenciais de um Estado de direito</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Análise de artigos da C.R.P. que consagram direitos fundamentais</li>   <li>* Debate orientado sobre os artigos analisados</li>   <li>* Enquadramento de alguns dos direitos fundamentais nas diferentes gerações dos Direitos Humanos</li>   <li>* Análise dos principais organismos internacionais de defesa dos Direitos Humanos</li>   <li>* Análise crítica dos critérios de distinção entre o Direito público e o Direito privado</li> <li>* Identificar situações concretas de conexão entre o Direito público e o Direito privado</li> <li>* Exemplificar situações em que é importante distinguir se a norma a aplicar é de Direito público ou de direito privado</li>   <li>* Identificar os elementos do Estado na C.R.P., através da análise dos artigos 3º, 4º e 5º.</li> <li>* Debate orientado, com recurso a exemplos, a que se verifique a inexistência de um ou mais dos</li> </ul>		<p>8 Blocos de 90 min.</p>
---	---	--	--	----------------------------

<p><b>III – Comunidade Internacional</b></p> <p>1. As relações internacionais</p> <p>2. O Direito internacional</p>	<p>*Compreender a noção de comunidade internacional</p> <p>*Compreender que a interdependência entre os países dá origem à intensificação das relações internacionais e crescente globalização do mundo actual</p> <p>*Reflectir sobre os benefícios e perigos da globalização (poderes e lobbies económicos e financeiros à escala mundial)</p> <p>*Justificar os fortes mecanismos de coesão interna que o Estado tem de criar para gerir todos os interesses em causa, sem necessidade de se fechar sobre si próprio ou cair num nacionalismo xenófobo</p> <p>*Compreender a noção de Direito, relacionando-a com a de Direito Interno, próprio de cada ordem jurídica</p> <p>*Compreender a relevância dos ramos do Direito</p> <p>Destacar as especificidades do Direito interno público</p> <p>*Distinguir Direito Interno de Direito interno público</p> <p>*Identificar as fontes do Direito internacional público</p> <p>*Analisar a problemática da eficácia do Direito internacional público</p> <p>*Compreender o princípio de recepção automática do artº8º da C.R.P.</p>	<p>elementos do Estado</p> <p>* Analise comentada de um texto sobre os Estados não soberanos</p> <p>* Pesquisa histórica sobre a matéria</p> <p>* Exposição oral com recurso a exemplos para caracterização e enquadramento das diversas funções dos órgãos do Estado</p> <p>* Análise de um texto pertinente</p> <p>* Análise dos preceitos constitucionais referentes à composição e função dos diferentes órgãos de soberania</p> <p>* Demonstrar através da análise de artigos da C.R.P. que os poderes são interdependentes (principalmente o poder governativo e o poder legislativo)</p> <p>* Análise de textos relacionados com esta temática</p> <p>* Leitura e análise de textos doutrinários e legislativos sobre as diferenças entre Estado Liberal de Direito, Estado social de d*</p> <p>Análise do artº 2º da C.R,P.</p> <p>* Debate orientado com recurso a exemplos de notícias de violação dos direitos dos cidadãos em Estados reconhecidos como Estados de direito ireito e Estado de direito democrático</p>		<p>8 Blocos de 90 min.</p>
---	--	---	--	----------------------------

<p>3. O Direito comunitário</p> <p>4. Estrutura orgânica da União Europeia</p> <p>5. Processo de Integração Europeia</p> <p>6. Direito comunitário e Direito interno</p>	<p>*Distinguir Direito comunitário originário de Direito comunitário derivado</p> <p>*Conhecer os diplomas provindos dos órgãos comunitários com funções normativas</p> <p>*Referir as várias fases de integração europeia desde a C.E.E. até à União Europeia</p> <p>*Compreender a estrutura orgânica da União Europeia</p> <p>*Distinguir Direito comunitário de Direito interno</p> <p>*Compreender as relações entre o Direito comunitário e o Direito interno</p> <p>*Compreender o princípio da recepção automática consagrado no artº8º, da C.R.P., no que se refere às relações entre o Direito comunitário e o Direito português</p>	<p>*Análise crítica de textos e notícias dos media sobre a problemática da comunidade internacional/relações internacionais</p> <p>*Debate orientado com recurso a exemplos da realidade portuguesa sobre o tema em questão</p> <p>*Análise de textos adequados sobre a globalização</p> <p>*Ilustrar com exemplos actuais retirados dos media sobre a realidade mundial</p> <p>*Recurso a exemplos para melhor compreensão dos conceitos</p> <p>*Análise do artigo 38º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, que refere as fontes do Direito internacional público</p> <p>*Análise de algumas normas da Carta das Nações Unidas, do Tratado de Roma, do Tratado de Maastricht ou de outras organizações internacionais</p> <p>*Análise e discussão do conteúdo do artº8º da C.R.P e suas implicações jurídicas</p> <p>*Exposição oral, com recurso a exemplos elucidativos</p> <p>*Leitura e análise de textos</p>		
--	--	---	--	--

		<p>*Análise crítica de alguns artigos dos tratados constitutivos e de alargamento da Comunidade Europeia</p> <p>*Salientar a relevância da cidadania europeia, relacionando-a com aspectos práticos</p> <p>*Análise da composição, funcionamento e competência dos órgãos comunitários</p> <p>*Exposição oral com recurso a exemplos, salientando a relevância das relações entre o Direito comunitário e o Direito interno e os princípios por que se regem</p> <p>*Análise do artº8º da C.R.P.sob o ponto de vista da relevância nas relações entre o Direito comunitário e o Direito português.</p>		
--	--	--	--	--

**SEGUNDO SEMESTRE**

Conteúdos Programáticos	Objectivos de Aprendizagem	Estratégias / Actividades Recursos	Avaliação	Gestão
<p><b>IV – As Fontes de Direito</b></p> <p><b>1. A Lei</b></p> <p><b>2. Costume</b></p>	<p>*Compreender o conceito de« fontes do Direito »</p> <p>*Compreender as fontes do Direito no sistema jurídico português</p> <p>*Dar uma noção de lei</p> <p>*Compreender a importância da Lei como fonte privilegiada do Direito</p> <p>*Relacionar o Direito substantivo com o Direito adjectivo</p> <p>*Distinguir:</p> <p>-Lei em sentido amplo, de Lei em sentido restrito</p> <p>-Lei em sentido material, de Lei em sentido formal</p> <p>-Lei constitucional, de Lei ordinária</p> <p>*Analisar as principais fases do processo de elaboração das Leis</p> <p>*Compreender a necessidade de vacatio legis</p> <p>*Distinguir revogação de caducidade</p> <p>*Estabelecer a hierarquia das Leis</p> <p>*Enquadrar os regulamentos e directivas enquanto Direito comunitário derivado na posição hierárquica correspondente (convenções internacionais)</p> <p>*Compreender a importância histórica do Direito consuetudinário</p>	<p>*Exposição oral com recurso a exemplos elucidativos sobre como nascem, se formam e revelam as normas jurídicas</p> <p>*Análise de situações da vida real, como conflitos familiares, arrendamentos, acidentes de viação ou questões laborais</p> <p>*Realização de uma ficha de trabalho formativa</p> <p>*Análise de textos de Leis, decretos-leis, portarias e circulares para ilustrar esta matéria</p> <p>*Debate orientado para consolidação de conceitos</p> <p>* Utilização de um esquema sobre o processo legislativo comum</p> <p>*Análise do artº6º do Código Civil</p> <p>*Recurso a textos legais, para exemplificar situações de vacatio legis</p> <p>*Análise do artº7º do Código Civil</p> <p>*Recurso a textos legais para exemplificar situações de</p>	<p>Testes de avaliação</p> <p>Fichas formativas</p> <p>Questões de aula</p> <p>Trabalhos individuais ou de grupo</p> <p>Debates</p> <p>Apresentações orais</p>	<p>9 Blocos de 90 min.</p>

<p>3. Jurisprudência</p>	<p>*Distinguir uso de costume          *Referir a relevância que o costume internacional assume como fonte do Direito internacional público</p> <p>*Analisar o conceito de jurisprudência e a sua relevância jurídica          *Distinguir as diferentes decisões dos tribunais:          -Despachos          -Sentenças          -Acórdãos</p>	<p>revogação e caducidade          *Utilização de um esquema para melhor visualizar a hierarquia das Leis          *Recurso a textos Legais, tais como leis, portarias, regulamentos, etc...para evidenciar esta hierarquia          *Realização de trabalho de grupo ou individual</p> <p>*Análise crítica de textos sobre esta temática          *Análise dos artº 3º e 348º do Código Civil          *Relembrar as fontes do Direito internacional          *Debate orientado sobre as vantagens recíprocas da Lei e do costume</p>		
<p>4. Doutrina</p>	<p>*Compreender a importância da doutrina na prática jurídica          *Esclarecer que a doutrina é fonte mediata do Direito</p>			
<p>5. Tratados Internacionais</p>	<p>Referir a noção de tratado internacional          *Analisar o valor dos tratados internacionais como fonte do Direito internacional, na ordem jurídica portuguesa, nomeadamente na C.R.P.</p> <p>*Analisar a problemática do controlo da legalidade          *Compreender a relevância do princípio da legalidade nas relações entre a administração e os cidadãos em geral          *Relacionar o princípio da legalidade com os Direitos Fundamentais dos cidadãos</p> <p>*Destacar a importância que assumem a reclamação o recurso hierárquico e o recurso</p>	<p>*Análise do artº 8º do Código Civil          *Análise do artº 156º do Código Processo Civil          *Realização de uma visita de estudo a um tribunal, com assistência a uma audiência e julgamento          *Leitura de algumas decisões dos tribunais          *Análise dos artº 676º, 677º, 678º e 732-A do Código de Processo Civil para compreensão de todo este mecanismo jurídico.</p>		

	<p>contencioso como formas de o cidadão se defender contra actos da Administração</p> <p>*Compreender a relevância que o controlo da legalidade assume nesta problemática</p> <p>*Distinguir os vários tipos de inconstitucionalidade</p> <p>*Distinguir as várias formas de fiscalização da inconstitucionalidade</p> <p>*Destacar o papel do Tribunal Constitucional na declaração de inconstitucionalidade ou de ilegalidade</p> <p>*Referência às entidades que podem requerer a inconstitucionalidade ou a ilegalidade</p>			
<b>V – Relação Jurídica</b>				
<b>1.1</b> Noção de relação jurídica	<p>*Explicar o conceito da relação jurídica</p> <p>*Dar uma noção de Direito subjectivo</p>	<p>*Exposição oral com recurso a exemplos práticos entre vendedor e comprador, depositante e depositário, senhorio e inquilino</p> <p>*Apresentação de casos práticos para discussão</p>		9 Blocos de 90 min.
<b>1.2</b> Direito subjectivo e dever jurídico	<p>*Distinguir Direitos subjectivos Propriamente ditos de Direitos potestativos</p> <p>*Distinguir dever jurídico de sujeição</p> <p>*Referir outras classificações dos Direitos subjectivos</p>	<p>*Salientar que a existência de direitos subjectivos pressupõe a existência do Direito objectivo</p>		
<b>1.3</b> Direito potestativo e sujeição	<p>*Identificar os elementos da relação jurídica</p>	<p>*Analisar as duas principais teorias explicativas da natureza do Direito subjectivo</p> <p>*Realização de uma ficha de trabalho formativa</p>		
<b>1.4</b> Classificação dos Direitos	<p>*Caracterizar o sujeito activo e o sujeito passivo</p>			

<p>Subjectivos</p> <p>2. Elementos da relação jurídica</p> <p>2.1 Os sujeitos</p> <p>2.2 O objecto</p> <p>2.3 O facto jurídico</p> <p>2.4 A garantia das obrigações</p>	<p>*Relacionar personalidade jurídica com capacidade jurídica</p> <p>*Distinguir capacidade jurídica (ou de gozo) de capacidade de exercícios de direitos</p> <p>*Identificar as principais situações de incapacidade</p> <p>*Conhecer as diferentes formas de suprimento das incapacidades</p> <p>*Dar uma noção de objecto</p> <p>*Distinguir objecto imediato de mediato</p> <p>*Conhecer os possíveis objectos da relação jurídica e sua relevância</p> <p>*Compreender que nem todos os factos são juridicamente relevantes</p> <p>*Reconhecer que todo o facto jurídico produz efeitos jurídicos</p> <p>*Distinguir facto jurídico voluntário de facto jurídico involuntário</p> <p>*Exemplificar actos jurídicos lícitos e ilícitos</p> <p>*Distinguir negócio jurídico de simples acto jurídico</p> <p>*Conhecer os elementos essenciais do negócio jurídico</p> <p>*Compreender as diferenças entre os diversos tipos de negócios jurídicos</p> <p>*Reconhecer a relevância jurídica dos contratos</p> <p>*Distinguir as garantias pessoais das reais</p> <p>*Compreender a importância das garantias</p>	<p>*Análise de textos com exemplos elucidativos destes conceitos</p> <p>*Análise de alguns artigos do Código Civil relacionados com a matéria</p> <p>*Destacar que todo o sujeito de direitos é pessoa em sentido jurídico</p> <p>*Relembrar o conceito de personalidade jurídica</p> <p>*Relembrar alguns dos principais direitos de personalidade através da análise dos artº 70º,72º,79º, e 80º do Código Civil</p> <p>*Análise dos artigos 66º e 67º do Código Civil</p> <p>*Análise comentada dos artº 130º e 133º do Código Civil</p> <p>*Salientar a importância das formas de suprimimentos de incapacidade</p> <p>*Análise e comentário dos artº122º,123º,124º,125º,127º,129º,138º, 139º,141º,148º, e 152º, a 155º do Código Civil</p> <p>*Apresentação de casos práticos e hipóteses para resolução</p> <p>*Análise de textos e recurso a exemplos práticos</p> <p>*Análise dos artº1878º,1935º,762º, 202º,856º, e seguintes do Código Civil</p>		
---	--	--	--	--

<p><b>VI – As profissões jurídicas e para jurídicas</b></p>	<p>personais e reais para o cumprimento das obrigações</p> <p>*Distinguir profissões jurídicas de para jurídicas</p> <p>*Identificar as profissões jurídicas: -Magistrados judiciais -Ministério Público</p>	<p>*Recurso a exemplos práticos elucidativos das várias classificações dos factos jurídicos, com a participação activa dos alunos nessa exemplificação</p> <p>*Fazer referência às graves consequências jurídicas da prática de actos ilícitos através de um debate orientado</p> <p>*Realização de uma ficha de trabalho formativa</p> <p>*Análise de artigos do Código Civil que exemplifiquem os negócios jurídicos unilaterais e os contratos mais frequentes na vida real, nomeadamente, os artº 2179º, 940º, 1027º, 874º</p> <p>*Análise de minutas de contratos (de arrendamento por exemplo)</p> <p>*Recurso a situações exemplificativas da fiança, do penhor, da hipoteca e do direito de retenção</p> <p>*Análise dos artº 817º, 627º, 666º, 686º e 754º do Código Civil</p> <p>*Leitura e análise de textos sobre a importância das profissões jurídicas e para jurídicas</p>		<p>8 Blocos de 90 min.</p>
---	--	---	--	----------------------------

	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Advogado</li> <li>-Notário</li> <li>-Conservador</li> <li>-Solicitador</li> </ul> <p>*Relacionar com as principais funções e deveres de cada profissão</p> <p>*Referir a informação científica prévia inerente a cada profissão</p> <p>*Identificar outras profissões próximas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Diplomata</li> <li>-Economista-jurista</li> <li>-Deputado</li> <li>-Governante</li> <li>-Autarca</li> </ul>	<p>*Visitas de estudo, nomeadamente, a tribunais, escritórios de advogados, Ordem dos Advogados, conservatórias, cartórios, escritórios de solicitadores</p> <p>*Leitura e análise de peças processuais, actos de registo, certidões e escrituras públicas</p> <p>*Simulação de um julgamento servindo-se dos conhecimentos adquiridos no decurso da assistência a audiências e julgamentos e dos contactos estabelecidos com magistrados e advogados</p> <p>*Visitas de estudo a Câmaras Municipais e juntas de freguesia, estabelecendo contacto com algumas entidades que possam esclarecer as questões colocadas pelos alunos referentes, nomeadamente, às suas funções</p> <p>*Realização de trabalho de grupo ou individual</p>		
--	---	---	--	--